

117ª SESSÃO ORDINÁRIA 26NOV2012

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Sra. Rosane de Marco, representando o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – Região de Gestão de Planejamento 8 – Restinga e Extremo-Sul, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos, para tratar de assunto relativo às demandas da Região Extremo-Sul.

A SRA. ROSANE DE MARCO: Boa-tarde a todos e a todas. Meu nome é Rosane de Marco, eu sou conselheira do Plano Diretor para a Região 8 de Planejamento, que é composta pela Restinga e Extremo-Sul, e que representa 48% do território da cidade de Porto Alegre. Esta Tribuna Popular foi sugerida em reunião com a comunidade da Região em que estavam presentes o Ver. Mario de Fraga, os representantes dos Vereadores Comassetto e Todeschini, bem como o Vereador eleito Paulinho Motorista.

O objetivo deste encontro é encarecer o apoio dos Srs. Vereadores, enquanto representantes dos cidadãos de Porto Alegre, no sentido de evitar a construção de um centro socioeducativo da FASE, previsto para o início de 2013. O Governo do Estado está propondo a construção desse centro na antiga FEBEM, no bairro Belém Novo, local onde existem cerca de 400 famílias que fazem parte da comunidade Vale das Figueiras, também conhecida como ocupação da FEBEM, que estão na área há aproximadamente 12 anos, sem as mínimas condições de infraestrutura. Há dez anos houve tentativa idêntica de construção do referido centro para atendimento de menores infratores e a comunidade se mobilizou e não permitiu que o mesmo fosse construído. Agora, o Governo do Estado, através da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, está propondo a cessão de pedaço da área onde residem essas famílias para que a Secretaria Estadual de Habitação faça a colocação de água e luz provisórias, bem como a construção de uma quadra de futebol, sem a colocação de esgoto ou outra melhoria necessária àquela

comunidade. Para o restante da área está prevista a construção do Centro de Atendimento Socioeducativo da FASE para menores infratores. Não podemos calar diante da imposição do Governo do Estado nesse episódio representado pela FASE, outrora FEBEM. Entendemos por certo a necessidade de construção da nova sede e da fundamental ressocialização dos menores apenados. Não podemos, no entanto, aceitar uma imposição sem manifestar nosso repúdio e sem lutar para que seja revista a decisão. A população local precisa ser ouvida. Esse Centro vai mexer em nossas vidas, gerando nos moradores a sensação de apreensão e insegurança, pois os menores infratores cumprem penas socioeducativas e estão privados de liberdade por determinação judicial. Nossa Região é frontalmente contrária a esse Centro, pois a construção do novo espaço da entidade na Região está sendo planejada sem consulta ou referendo que permita aos moradores do entorno manifestarem sua opinião. Além disso, a construção diz respeito à vontade da comunidade local que tem na produção primária, na preservação ambiental e no turismo sustentável sua vocação principal; ou seja, se consolidada a construção, a vocação regional será, sim, comprometida.

A nossa Região tem sofrido desrespeito sistemático pelos governos que não consideram a vocação da Região ou vontade dos seus moradores. Em muito pouco tempo receberemos mais de 280 mil pessoas que disputarão a mesma infraestrutura de que dispomos hoje, já defasada. Serão mais de 280 mil pessoas a usarem os mesmos postos de saúde, as mesmas escolas, os mesmos ônibus, e o Governo não tem planejamento estratégico para o enfrentamento a essas questões nem a curto nem a médio prazo. Imaginemos como será com a instalação da FASE! A Região Extremo-Sul do Município tem características singulares e deve receber tratamento que respeite essas características em nível social, econômico e ambiental, não podendo sofrer esse tipo de intervenção, pois isto contraria todo processo de desenvolvimento sustentável e democrático que está sendo construído na Região. Em março deste ano, foi realizado seminário para revitalização da orla de Belém Novo, um esforço conjunto da comunidade e de órgãos da gestão municipal para resgatar o desenvolvimento sustentável da Região. Dentre os projetos estão o apoio ao turismo sustentável e a produção primária agroecológica que já funcionam na Região há pelo menos dez anos. O turismo sustentável é um dos motores do desenvolvimento e melhora a qualidade de vida da população em qualquer lugar do mundo. Já a produção agroecológica movimenta R\$ 400

pág. 2

milhões ao ano e cresce 20% ao ano, conforme informações divulgadas durante o seminário ocorrido em novembro, na Marina da Glória, no Rio de Janeiro. Atualmente, quais são os negócios que têm esse percentual de crescimento anual? E essa possibilidade de crescimento será negada à Região?

O Governo Federal instituiu uma comissão da qual fazem parte o MDA, o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria Geral da Presidência da República e a sociedade civil, que vai elaborar a política nacional de agroecologia e produção orgânica, com respectivo plano de metas. Em maio deste ano, o Prefeito Municipal anunciou publicamente sua intenção de transformar Porto Alegre na primeira Capital orgânica do País, tendo em vista o número de produtores agroecológicos e a colocação de Porto Alegre como segunda Capital em produção primária. Nos perguntamos: qual o critério para desconstrução do processo democrático de participação popular, e como será medido o impacto causado na Região com a construção de um presídio? A construção desordenada de habitações em áreas com enorme biodiversidade e a conseqüente descaracterização do potencial turístico e agroecológico da Região? Quem se responsabilizará por isso?

Nesse sentido, consideramos imprescindível a aproximação da prática ao discurso nas questões que dizem respeito à Região Extremo-Sul. A Região posiciona-se pelo direito universal de manifestação sobre tudo aquilo que lhe diz respeito e principalmente pelo direito de decisão sobre seus próprios caminhos, e repudia qualquer tipo de manifestação, solapamento e desvio ou desvirtuamento de decisões coletivas sobre seus desígnios. As lideranças representam os moradores da Região, que não puderam estar presentes, pois somos guardiões do respeito à vontade popular e contra qualquer iniciativa ou posição vertical e radical que diga respeito à população. Assim, encarecemos o apoio dos senhores para que esse Centro da FASE não seja edificado em Belém Novo, e para que a construção do desenvolvimento sustentável ocorra rapidamente na Região a fim de que Porto Alegre continue a ser conhecida como uma Capital responsável com as questões sociais, econômicas e ambientais. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Convido a Sra. Rosane de Marco, Conselheira, a fazer parte da Mesa.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Boa tarde, Presidente; Sra. Rosane, nossa Conselheira eleita da Região 8 de Planejamento; demais representantes da comunidade do Extremo-Sul aqui presentes. Vejo também a Conselheira suplente, a Gringa; o Heverson, Conselheiro da Saúde; demais Lideranças aqui reunidas com essa Pauta.

Quero cumprimentar a ti, Rosane, pela iniciativa de vir à Tribuna Popular, e também reverenciar o trabalho que tem sido coordenado por ti e pelos delegados da Região 8 de Planejamento, e a tua representação junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – uma presença sempre propositiva da Região 8 de Planejamento. Tivemos a oportunidade de conviver com os delegados e conselheiros que, ao longo dos últimos três anos, estiveram trabalhando por políticas públicas prioritárias na área do Planejamento da Região do Extremo-Sul.

Quero deixar aqui, também, os nossos cumprimentos por todos aqueles que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a realização do Seminário Orla Sul, que foi, talvez, uma das últimas realizações da nossa administração como Secretário do Planejamento; e, pela tua iniciativa, pela tua luta e continuidade a esse trabalho, ficam os cumprimentos da Bancada do PT. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente; prezada Rosane; prezados vizinhos; prezados moradores da Região do Extremo-Sul, eu venho aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, também trazer a mensagem do Governador Tarso Genro, e dizer que este tema é de grande relevância, sim, para a Região, para a Cidade e para o Estado. (Vaias.) Ele é um tema de grande relevância para a Região, para o Estado e para o País, principalmente para aqueles que defendem as questões sociais e uma Região equilibrada. Eu conheço vocês, nome por nome, um por um. Não é pela falta... Não é...

(Tumulto nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Eu solicito...

(Tumulto nas galerias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Não é pela falta do diálogo... Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Eu quero solicitar às galerias... Há um Vereador usando o microfone.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Todos sabem aqui que dialogar não é o nosso fraco...

(Vaias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: ...dialogar com tolerância. Inclusive os representantes da Prefeitura que estão ali vaiando, a quem eu conheço um a um. E quero dizer mais: nós fomos lá, sábado, com o Secretário...

(Vaias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: ...nós fomos lá sábado com o Secretário Fabiano Pereira, estava junto a Rosane, estava junto o Seu Breno, estava junto a Dona Ieda, estava junto a Eliana, que foi candidata à Vereadora pelo PMDB; estava junto o Presidente da Associação do Arado Velho; estava junto a Gianine, da Vila da Amizade; estava junto o representante do CAR de Belém Novo, o Ismael; passamos em toda a região, e o Secretário assumiu o compromisso de abrir o diálogo, inclusive vai lá nesta semana. Ele acordou com a Comissão para, primeiro, apresentar o projeto e, segundo, ouvir a comunidade. E o projeto não é só a unidade socioeducativa da FASE. Diga-se mais: hoje a FASE tem 12 meninos do Extremo-Sul, 40 da Restinga, 26 do Centro-Sul, e o Ministério Público determinou que o Governo do Estado realizasse a descentralização.

E isso tem que ser feito no diálogo, na construção. A Dona Maria Inês, que está aqui, que coordena uma creche e sabe que, se as nossas crianças não tiverem acolhimento com o devido respeito do Estado e das comunidades, nós não avançaremos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Vereador...

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que este tema não é só o tema da FASE, é tudo o que nós assumimos aqui, sob sua coordenação nesta Casa, com o Governo do Estado, desde junho, ou seja, regularizar as 400 famílias, fazer um centro esportivo, tratar a Escola Nehyta para transformá-la em escola técnica do Estado e fazer todo um centro na área, essa é a disposição. Eu venho aqui, sim, em nome do Governo do Estado, dizer que o diálogo está aberto e que já foi marcado com a Presidenta Rosane, o Secretário Fabiano Pereira, esta semana, estará lá, numa data já agendada, já combinada, para discutir com a Comissão. Quem não dialoga não constrói. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Rosane, é uma satisfação tê-la conosco, quero dar um abraço nas lideranças que aqui estão na tarde de hoje. Lá em 1989, fui o primeiro Vereador de oposição a apoiar o Orçamento Participativo na cidade de Porto Alegre, o primeiro! E único, por muito tempo. Eu estive há bem pouco tempo, minha cara Rosane, numa reunião aqui no bairro Protásio Alves, em que estava presente o Ver. Brasinha. Eu disse lá o que vou dizer aqui: Porto Alegre é a Capital mundial da participação popular, aqui se ouvem o cidadão e a cidadã de Porto Alegre. (Palmas.)

Em Porto Alegre, eu disse lá com relação a uma obra do Governo Municipal e vou falar aqui sobre uma obra do Governo Estadual, uma ação, porque a minha posição é esta: Porto Alegre dá exemplo ao mundo de participação popular, pois que se faça essa participação. Se a comunidade escolhe o que quer e demora anos, às vezes, muitos

anos, para conquistar aquilo que quer e precisa, por que em um ano, dois anos, seis meses se impõe colocar aquilo que a comunidade não quer? (Palmas.)

Eu não estive presente à reunião – não fui convidado, talvez até não pudesse ter ido, não é crítica –, mas, se a comunidade não quer e se Porto Alegre tem a característica de ouvir o porto-alegrense, que não se construa a obra agora, vamos discutir com a comunidade. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver. Airto Ferronato.

O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, querida Rosane; eu, Vereador do PTB, junto com meus colegas Humberto Goulart, Elói Guimarães e DJ Cassiá, tenho o maior respeito quando a comunidade se manifesta, porque, quando isso acontece, a gente tem que ver que alguma coisa errada tem. Então, eu acho que tem que ter paciência, tem que ver o que está acontecendo e respeitar a opinião da comunidade. É isso aí!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Maria Celeste está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. MARIA CELESTE: Obrigada, Vereador-Presidente, quero saudar a Rosane, que se manifestou na Tribuna Popular, e dizer à comunidade, especialmente à comunidade de Porto Alegre e às demais Bancadas que estão aqui, que é extremamente importante ouvir, debater, e é este o sentimento e esta a disposição que o Governo do Estado está tendo, tanto que o Secretário pessoalmente esteve, no sábado, numa visita ao terreno para conhecer, para dialogar, para conversar com as diversas lideranças. Fiz questão de avisar a assessoria do PSB para que estivesse presente nessa reunião com o Secretário Fabiano, para que pudéssemos, na sexta-feira...

(Tumulto nas galerias.)

A SRA. MARIA CELESTE: ...na sexta-feira... Gente, por favor, vocês querem me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Por favor, vou pedir para as pessoas que estão nas galerias e que têm todo o direito de se manifestar, mas, no momento em que a Vereadora está se manifestando, eu pediria respeito ao pronunciamento, até para que a gente possa fazer o contraponto.

A SRA. MARIA CELESTE: Até para que a gente possa dialogar de fato precisamos nos ouvir. Então, quero aqui colocar a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, como Presidenta, à disposição desse diálogo, dessa relação, porque nós temos um sério problema na cidade de Porto Alegre que é a questão dos adolescentes que cometem ato infracional. E todos nós – não só a Zona Sul, mas toda a cidade de Porto Alegre – temos que nos responsabilizar: para onde irão os adolescentes que cometem ato infracional que são da nossa Cidade? Só das regiões Centro-Sul, Restinga e Glória são 108 adolescentes internados em Porto Alegre; 108 só da Extremo-Sul, Glória, Restinga, Centro-Sul; o que dirá o restante da Cidade! São adolescentes das nossas relações, das nossas comunidades, e é um problema social que nós também queremos resolver. Nós não estamos dizendo com isso que a Zona Sul tenha que resolver; Porto Alegre tem que resolver. Se não é o local lá, esta Casa tem que se responsabilizar e dizer qual é o local, porque nós temos 700 adolescentes internados na cidade de Porto Alegre. É um grande número de adolescentes que cometem ato infracional, e precisamos resolver isso. Mais do que isso, pessoal, nós temos até o final de dezembro deste ano para entregar o projeto e o programa para a construção dessas unidades socioeducativas. Foram destinados para o Estado do Rio Grande do Sul cinco bilhões para isso! Nós não podemos perder esse recurso do Governo Federal. Então, o problema está posto, precisamos dialogar e resolver. Os adolescentes que cometem ato infracional na cidade de Porto Alegre são nossos, estão aqui, nós temos que resolver esse problema; todos – a Zona Sul e a cidade de Porto Alegre.

Portanto, a participação popular é importante, a Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos está aí para ajudar a resolver essa negociação, mas nós precisamos, sim, atender às medidas socioeducativas implantadas pelo Judiciário. Os adolescentes são nossos e são de Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, em meu nome e em nome do nosso Líder, o Ver. Idenir Cecchim; do Ver. Sebastião Melo, do Ver. Haroldo de Souza e do Ver. Professor Garcia, quero dizer que a nossa Bancada tem um carinho e um apreço muito grandes pela Cidade, obviamente, e, em particular, por Belém Novo e o Extremo-Sul da Cidade. Podemos incluir aí a Vila Nova, a Hípica, o próprio Belém Novo, o Lami, aquela região toda. Nós estamos olhando com muita atenção, e sábado ainda passei o dia em Belém Novo, naquele projeto social fantástico, o Wimbelemdon, que é um projeto que resgata crianças da rua. Eu quero parabenizar a comunidade, a comunidade de Belém Novo é pitoresca dentro de Porto Alegre; é uma região por que nós ainda precisamos lutar para preservar, para recuperar o seu aspecto histórico, temos que fazer a recuperação da praça, da igreja, de toda aquela característica de Belém Novo, e continuar desenvolvendo o Lami e o Extremo-Sul. A Bancada do PMDB, Sr. Presidente, será parceira para isso. Ainda no sábado, vimos as necessárias obras na estrada que está numa situação muito ruim, e nós vamos estar aqui ajudando a Prefeitura a fazer a reforma que tiver que ser feita. Além de tudo isso, o que esse problema parece que nos denota é a mais absoluta incapacidade – infelizmente é forçoso que se reconheça – de um Governo do Estado que foi eleito para encontrar soluções para o problema da violência, para o problema do trato dos menores, dos adolescentes, como de resto para todas as questões do Estado. Quando tiveram a oportunidade aqui no prédio, que fica em frente, Ver. Idenir Cecchim, onde está a FASE, de fazer a regularização daquele empreendimento, de se desfazer, o Governo do Estado, de uma área que não tinha proveito algum; fazer recursos para fazer um grande centro de qualificação, de encaminhamento, de resgate desses menores, isso o Governo do Estado não fez; e hoje busca, na verdade, criar esses centros que são pulverizados. Com isso está, simplesmente, transferindo o problema para os bairros.

Nós temos de fazer essa discussão de forma muito mais aprofundada, mas, acima de tudo, continuar trabalhando, e, se possível ainda, Sr. Presidente, incluir, nas Repots que estão para ser votadas aqui, em Belém Novo, naquela região, um polo de

desenvolvimento tecnológico, de indústria limpa. Nós precisamos criar emprego e desenvolvimento, e não levar para os bairros os problemas que são de responsabilidade do Governo do Estado e que ele não conseguem resolver. Muito obrigado. (Palmas)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, este assunto não é novo, este assunto vem de longe. O que me surpreende é que, há dez anos, eu ouvia algumas vozes contrárias que hoje são favoráveis. Eu acho que nós não podemos, de modo algum, desconsiderar um problema maior que existe. O problema é a necessidade de um estabelecimento com essas condições, mas também não podemos deixar de reconhecer – e isso é elementar – quem é que não sabe qual é a característica principal daquele bairro. É um bairro de produção primária, um bairro destinado à proteção ambiental, um bairro para o qual o Município tem a pretensão, inclusive, de transformá-lo em distrito turístico. Como é que não vão conseguir isso? O mais grave ou o mais relevante é que a população está reclamando não é da construção em si, mas da falta de consideração com a comunidade, que não foi consultada sobre o assunto. A abertura de diálogo, que agora se propõe, é tardia, porque já está contaminada com a imposição que fizeram de levar o projeto até o ponto em que levaram! Era isso, Sr. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Esta Casa se chama Parlamento Municipal, a Casa de conversar, falar e ouvir. Portanto, nós, tanto aqui quanto lá na comunidade, sabemos que não é nenhum problema dialogarmos e construirmos projetos em conjunto. Eu lembro como se fosse hoje, em 2002, quando teve aquele outro projeto lá na área da FASE, quando eu estava no papel em que a Rosane está hoje, como Conselheiro de

Planejamento da Região, porque todos vocês sabem que eu sou o Vereador que mora mais próximo da área e dentro da Região Extremo-Sul.

Portanto, não existe nenhum problema em buscarmos a qualificação – diga-se de passagem, debate que fazemos diariamente aqui nesta Casa –, pois lá na região nós temos 220 vilas irregulares. Pergunta: de onde sai o maior número de conjunto de propostas para a regularização dessas vilas? Lá na região é onde há o maior déficit de saneamento básico da Cidade. Pergunta: como é que se faz o debate aqui, inclusive para fazer com que o Socioambiental se estabeleça com a grandeza que se está construindo e com seus R\$ 850 milhões que estão depositados para fazer o investimento?

Lá na região tem um projeto que há 34 anos não saía do papel, que é o Projeto dos lotações. Perguntem de onde saiu a iniciativa para que esse projeto se tornasse realidade. E sexta-feira passada...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: E sexta-feira passada fomos lá fazer mais uma audiência, com a TVCâmara, para desbloquear a empresa “laranja” que entrou na justiça contra a Prefeitura para impedir que os lotações para lá fossem.

Existe agricultura ecológica hoje porque nós iniciamos, na década de 1990, um trabalho e um processo, inclusive com a organização dos agricultores.

Então, discutir a região e a Cidade é o nosso forte, é a nossa disposição; inclusive, prezado Ferronato, prezado Valter, este Projeto que hoje está sendo proposto é um projeto que foi construído pelo meu amigo Plínio Zalewski, que foi candidato a Vereador pelo PMDB, que foi do Governo da Yeda, e que o Ministério Público está exigindo do Governo do Estado para que faça a sua implementação em todo o Estado. Portanto, não é uma decisão primeira do Governador Tarso Genro, é o cumprimento de uma determinação jurídica. E eu convido os senhores e as senhoras, porque nós temos que trazer para a Mesa, a Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público, que tem que estar junto. Aqueles que disseram aqui que não tem nenhum jovem de Belém e do Lami no Socioeducativo estão muito enganados: do Extremo-Sul, há 11 jovens que estão lá na FASE hoje – onze.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Não! Pessoal, os números e os nomes estão ali – onze. Do Centro-Sul, há 26; da Restinga, há 40; e de toda a Região Sul da Cidade, nós temos 108. Nós temos que resolver isso! Que seja um, nós temos que resolver, porque negar, dar as costas para os nossos filhos é uma postura reacionária – negar, dar as costas para os nossos filhos é uma postura reacionária. E não é nenhum problema fazermos este debate, até porque vocês sabem que a proposta que nós temos, neste momento, do Governo do Estado – nós, que eu digo, é o Governo do Estado –, é transformar aquela área toda num grande centro de desenvolvimento social e cultural para a Região, com o centro esportivo, com a escola técnica, com a regularização das 400 famílias, que já foi aprovado aqui nesta Casa, em junho, com documento do Governo do Estado...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Bom, se vocês não querem acolher aquelas 400 famílias que hoje vivem dentro do esgoto, assumam isso publicamente. Porque nós queremos! Nós queremos!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, eu quero concluir a minha fala. Portanto, para concluir a minha fala, meus amigos e minhas amigas, quero dizer a vocês e a esta Casa, como já foi dito pela Ver.^a Maria Celeste, a Comissão de Direitos Humanos, como a de Urbanismo – o Paulinho não está aqui neste momento – está aberta para construir um projeto para a Região e não um projeto pontual. E, na sexta-feira, todos vocês sabem que o Secretário irá à comunidade para dialogar com a Comissão e construir o processo para a análise dos 55 hectares da área da FASE, porque, lá dentro, ainda há um antigo criando bozinhos sem permissão. Todo mundo sabe disso! Ainda, lá dentro, há um conjunto de obras para ser feito; todos sabem disso.

Então, para concluir a minha fala, a nossa posição é levar o projeto dos 55 hectares para ser construído em conjunto, que contemple a escola técnica, o tema da FASE, a regularização...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Engenheiro Comassetto prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder, pela oposição.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. René, todas as conquistas que já tivemos estão muito aquém do que precisamos na Região. Máximo, você sabe que a Região Extremo-Sul é a que apresenta o maior índice de analfabetismo e de carência do ensino e da Educação Infantil.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Apresenta... Apresenta o menor índice em Educação Infantil de Porto Alegre.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Se quiserem gritar e não ouvir, não tem problema! Apresenta o menor índice – ponham isto na mesa, ponham no papel – em Educação Infantil. Neste momento, vêm do Governo Federal 17 escolas infantis; sete estão sendo destinadas à região Extremo-Sul – este trabalho, Oscar, tem que ser levado sexta-feira para nós conjugarmos... –, inclusive uma ao lado da Escola Glicério Alves. Todos sabem que, no inverno passado fizemos uma Audiência lá remetendo a isto. E é verdade: se não em Educação Infantil, se não tem Ensino Médio, se não tem Educação Técnica, para onde vai a nossa juventude? Vai para a delinquência. Então, temos que enfrentar esse debate na sua totalidade; na sua totalidade!

(Manifestação nas galerias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: O PT sempre governou e sempre governará com diálogo...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Esta não é uma discussão partidária; inclusive, quem administra a área da FPE – Fundação de Proteção Especial, do Estado –, é o Secretário Lara, do PTB, do seu Partido, prezado Coordenador do Centro Administrativo da Restinga; o autor deste Projeto é o Plínio Zalewski, que é do PMDB. O Ver. Sebastião Melo, que não está aqui hoje, que já discutiu com o Secretário Fabiano Pereira, como novo Vice-Prefeito desta Cidade, já abriu a agenda do Prefeito Fortunati para fazer esse debate em conjunto.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: É verdade, sim, senhor; o senhor é que está mal-informado pelo seu Partido.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: O Ver. Sebastião Melo já abriu esse debate, e sexta-feira, em nome da democracia, do entendimento e da construção de uma proposta para a região, lá estará estabelecido o diálogo. Eu não vejo problema em aceitar o diálogo.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: [Dirigindo-se a uma pessoa nas galerias.] Você concordou, você foi uma que concordou, minha prezada candidata, sábado, com o Secretário Fabiano Pereira. Sábado, na caminhada, ela acordou estabelecer esse diálogo. Não existe licitação, não existe recurso já sendo destinado para nenhuma

empresa, não existe nada disso; existe um projeto em elaboração que será levado à comunidade. Então, se nós quisermos entender e dialogar sobre o projeto, eu venho aqui com muita transparência e muita tranquilidade, coisa que eu sempre fiz na região e na Cidade: é debater, é dialogar, é construir, é tirar os acordos e superar as dificuldades.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Vou pedir às pessoas nas galerias que estão aqui nos visitando que façam silêncio. Há um Vereador na tribuna, eu pediria que ele pudesse continuar. Pode continuar, Vereador.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Muito obrigado. Na Região Extremo-Sul, Região Sul de Porto Alegre, se nós não construirmos um entendimento do seu desenvolvimento, vai continuar acontecendo o que hoje está acontecendo. É a região que tem o maior número de vilas irregulares, é a região a que está sendo destinado o maior número de recursos do Minha Casa, Minha Vida...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Eu não entendi por que vocês deixaram as 5 mil famílias chegarem à região sem escolas, sem ônibus. Por que deixaram? É isso que eu quero saber, é isso que nós temos que discutir. Nós precisamos discutir toda a Região Sul, inclusive com o Projeto da área da FASE. Para isso, sexta-feira, estaremos lá com o Secretário de Estado para dizer: democracia, sim, cidade democrática também sim. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver. Engenheiro Comassetto. Sra. Rosane de Marco, muito obrigado por sua presença, seja sempre muito bem-vinda aqui, a Tribuna Popular está à disposição. Quero também saudar a presença de todos que estão na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, democraticamente buscando aqui o debate apropriado para o encaminhamento das soluções.

Eu quero pedir licença aos meus colegas Vereadores; fui convidado a falar na Agenda 2020 em nome de todos os Vereadores do Rio Grande do Sul, então vou me retirar para cumprir essa agenda, e o Ver. Haroldo seguirá presidindo os trabalhos.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(O Ver. Haroldo de Souza assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Eu acho que vocês fizeram muito bem em começar a se mobilizar, porque, se deixar, o PT vai construir o presídio dos mensaleiros lá no bairro Belém Novo. Eles gostam muito de fazer isso. Eu lembro que, quando discutiam sobre a FEBEM, que está ali, perto do Beira-Rio, para fazer uma remodelação – eu não fiz parte do Governo anterior, mas o meu Partido participava –, a Ver.^a Sofia Cavedon veio a esta tribuna e fez uma laúza danada porque queria transformar o morro onde a FEBEM está localizada numa grande praça e mandar todo o pessoal – agora eu entendi – lá para Belém Novo. (Palmas.)

Eu ouvi muito o Ver. Comassetto, que, aliás, teve coragem de vir enfrentar a comunidade e dizer que vocês não foram ouvidos para que lá se instalassem cinco mil famílias. Mas que bom que se instalem famílias! Vocês não são contra que povoe aquele bairro na Zona Sul com pessoas que querem morar; agora, fazer esse enfrentamento... Eu não conheço o projeto, eu não sei se foi o Plínio, se foi o Paulo ou quem fez, mas vocês conhecem bem o que estão fazendo aqui, vocês conhecem bem o que eles querem fazer com esse projeto.

Então, que se faça uma coisa muito simples: que o Governador Tarso Genro não tem feito... Aliás, ele não tem feito nada no Estado. Ele está, por exemplo, deixando as instituições de Cultura, aqui no Centro, de luz apagada, por não pagar a conta de luz. Eu ouvi muito bem, há poucas sessões, a Ver.^a Sofia e alguns Vereadores reclamarem que a Prefeitura não estava dando bola para a Cultura. O que eles estão fazendo, o que o Governador Tarso Genro está fazendo com a Cultura é uma coisa imperdoável. Então, não é só a vocês que ele não ouve. Ele não está ouvindo ninguém, não ouve o Rio Grande do Sul. Ele não faz nada e, quando começa a fazer, faz errado.

Aquele conselheiro que ele fez – e me ajuda aqui o Ver. Brasinha – é um conselheiro para o Governador Tarso. Nem esse ele consegue mais reunir, porque só reúne as pessoas para dizer as vontades que ele tem. E as vontades que o Governo Tarso tem são zero: não faz nada, não dá para ouvir, não dá para ser ouvido. O Rio Grande do Sul está parado pela incompetência do Governo, do governinho do PT, do Governo Tarso Genro, que é o pior governo de todos os tempos, pois ele consegue ser pior do que o Olívio Dutra. Consegue ser pior que o Olívio Dutra, que, com aquele jeitão dele, pelo menos ia levando. O Governo Tarso é uma desgraça total para o Rio Grande, e todos nós vamos pagar caro por isso. Que bom que vocês continuam se mobilizando. Mobilizem-se sempre, porque, se deixarem, eles vão, fazem, não ouvem e fazem errado. Mas isso nós não vamos deixar mais. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Quero renovar o agradecimento feito pelo Presidente pela presença de vocês da Zona Sul de nossa Cidade. Sejam bem-vindos sempre; ordeiramente, reivindiquem, sim, cheguem também à Assembleia Legislativa, enfim, usem do direito de vocês. Muito obrigado pela presença de todos.

O Ver. Kevin Krieger solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 26 novembro a 3 de dezembro de 2012. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Reginaldo Pujol, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana.

O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Ver. Mauro Pinheiro, eu tenho saudade de quando o senhor saudava e defendia os pequenos, que o senhor não defende mais, agora o senhor só quer CPI! O que aconteceu? O senhor era tão contrário ao grupo Walmart; o senhor era tão contrário ao Carrefour, por que não fala mais? Mudou? Eu continuo na minha posição de sempre: não gosto desses caras grandes que atrapalham os pequenos. Será que o Ver. Mauro Pinheiro ficou grande? O que houve? Eu não entendo! Eu sou gremista sempre; de uma hora para outra eu me

tornarei colorado? Não, em hipótese nenhuma. Alguma coisa tem! As pessoas, quando mudam... se eu mudar, vocês podem ter certeza que as pessoas dirão: “Por que o Brasinha mudou?” Eu não gosto do Carrefour, não gosto. E tenho saudade do senhor, quero que o senhor volte a defender, mas defender mesmo os colegas que são pequenos, pois há muitos pequenos empresários que precisam da sua ajuda.

Eu venho aqui, Ver. Cecchim, em nome do PTB, pedi ao meu Líder, o Ver. DJ Cassiá, e aos meus colegas Vereadores para falar do maior espetáculo que acontecerá nesta Cidade! Quando alguns torciam contra, Ver. Tarciso, não acreditavam, denunciaram, fizeram todos os tipos de denúncia, todos uns tranca-ruas, Ver. Valter Nagelstein, e hoje separaram-se 12 dias para inaugurar-se a maior Arena multiuso da América Latina, com qualidade! E, quando as pessoas duvidavam, e o nosso querido Ver. Sebastião Melo levou a Sessão até mais tarde, porque tínhamos que votar com o Plano Diretor, diziam que a Arena não sairia, que era mentira, que não iria acontecer.

Agora já é realidade, e vocês poderão comprovar, dia 8 de dezembro podem ir lá participar da inauguração! Porque não é somente gremista que vai levar a vantagem ali, meu amigo. Não é somente o Dr. Fábio Koff, que será o Presidente do Grêmio – o meu Presidente é o Dr. Paulo Odone, e, no momento em que ele ganhou as eleições, eu também sou a favor do Dr. Fábio Koff! Porque a gente tem que ter respeito pelas pessoas que lutam e ganham. Então, é motivo de alegria e de muita felicidade porque está se aproximando o dia da inauguração. As pessoas passam por lá, as pessoas ligam, Cecchim, e dizem: “Isso é a realidade”. A mesma coisa aconteceu com o Centro Popular de Compras – quando tu falavas –, e tanta gente foi contra, e, hoje, todo mundo quer estar lá no Centro Popular de Compras. E assim vai acontecer com a Arena do Grêmio, Todeschini! Vai acontecer assim! Vai ter bares e restaurantes de primeiríssima qualidade! Vai ter *shopping*, vai ter tudo na Arena Multiuso do Grêmio!

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. ALCEU BRASINHA: Então eu quero dizer para a Ver.^a Sofia... Preste atenção, Ver.^a Sofia! Essa empresa não colocou nada mais do que ela está fazendo! O Grêmio não colocou nada até agora! Quem está colocando são eles! Nós vamos receber a casa pronta! E aí há pessoas que ainda fazem audiência pública, batendo no Grêmio, batendo

na OAS! Porque empresário nesta Casa é tratado igual bicho, porque não pode ser empresário! Empresário não pode! Se não é empresário, quem é que nos paga? Se não é empresário, quem é que paga o imposto? Se não é o pequeno mercado, se não é o pequeno construtor, quem é que vai nos pagar, Cecchim? Cadê o construtor? Quem é que vai nos pagar, Cecchim? E o senhor sabe o quanto é duro ser um pequeno empresário! O quanto é difícil a gente manter uma empresa em pé! Quanto é difícil! E as pessoas acham que é fácil! Fácil é estar aqui! O difícil é fazer uma empresa funcionar, dar emprego e se manter por muitos anos no mercado! Isso que é difícil! Isso é difícil, Ver. Mauro, e o senhor sabe que é! O senhor sabe! Então, eu acho que o pequeno empresário mata dois leões por dia, deixa dois leões para o outro dia, e aí vem os caras e ainda... Meu querido amigo Ver. Bernardino... É assim que funciona, Bernardino! É assim que funciona! E o respeito o pequeno, médio ou grande empresário? Tem que ter respeito! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Eu solicito que, aos cinco minutos de discurso, o microfone seja desligado, por gentileza!

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, por dez dias ficarei aqui na Casa com um propósito muito claro: acho que tenho, ainda nesta Legislatura, alguns processos, alguns Projetos – nos quais tenho participação direta – que entendo da minha responsabilidade buscar levá-los a um bom término. É o que pretendo fazer nos próximos dias em que aqui me encontrar.

De qualquer sorte, Sr. Presidente, quero deixar muito claro que, até o dia 31 de dezembro, na condição de 1º Suplente de Vereador da Bancada constituída há quatro anos com as legendas do PP e do Democratas. Fiquei 42 meses aqui na Casa e, na condição de independente, marquei minha posição durante esse mandato. É verdade que, no próximo ano, na nova Legislatura, estarei integrando a base do Prefeito reeleito, José Fortunati, mas enquanto isso não ocorrer...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Enquanto isso não ocorrer, Ver.^a Sofia, vou, mesmo a contragosto da senhora, manter a posição que me estabeleci desde o começo. Até prometendo essa independência que tem me caracterizado, nesse final de mandato, dizer que levo desta Legislatura uma mágoa muito forte: a de não ter podido, apesar das inúmeras intervenções, encontrar uma resposta objetiva para essa situação absolutamente desagradável, estabelecida ali na esquina da Av. Borges de Medeiros com a Rua Demétrio Ribeiro, no antigo cinema Capitólio, onde há mais de dez anos apontam para transformações da área em centros culturais com os melhores objetivos possíveis, mas hoje, passado esse largo período, acho que cerca de 20 anos, outra coisa não é senão um prédio inaproveitado, com a sua calçada servindo para os mais diversos tropeços dos transeuntes, e, mais do que isso, o prédio sendo depreciado a todo instante e a toda hora.

Por isso, eu quero deixar muito claro e muito forte que, quando eu deixar de ser independente, não vou deixar de fazer cobranças nesse sentido. Acho que é um débito que o Município tem com o Centro Histórico de Porto Alegre e muito mais com aquela região da Cidade que precisa ser pago. Esse débito começou, Ver.^a Sofia, quando o seu Partido era Governo, quando veio aqui o Prefeito Raul Pont e nos pediu a aprovação, em regime excepcional, da transferência do potencial construtivo da área para qualquer ponto de Porto Alegre, para que a família Pianca, então proprietária do cinema, passasse o prédio para o Município que ali faria um grande prédio cultural. Ano após ano, os projetos vêm se alterando: inicialmente foi o Senac; agora, uma entidade dos produtores de cinema de Porto Alegre, que já consumiram alguns recursos públicos consideráveis nessa área. Acho, inclusive, que o domínio não é pleno do Município, porque deve estar conveniado com uma dessas entidades, precisando, a meu modo de ver, realizar esse convênio ou então dar conclusão aos seus objetivos. Então, não há mais como se manter solidariedade com a Administração, mesmo que esta seja a que vai se instalar na Cidade a partir de 1º de janeiro, cuja eleição nós... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste pelo Canal 16, nas galerias, é uma satisfação ter este tempo de Grande Expediente para poder responder um pouco aos ataques que sofro nesta tribuna, Ver. Brasinha. Quero dizer a V. Exa. que eu não tenho nenhum problema com nenhuma empresa de Porto Alegre, nem pequena, nem média, nem grande. Eu tenho um compromisso com a cidade de Porto Alegre de defender o que considero o melhor para a Cidade, para a sociedade. E é isso o que eu faço desta tribuna, em todos os momentos em que aqui subo. Tenho, sim, algumas restrições com empresas multinacionais que entram em nosso País, onde nós temos já empresas nacionais que fazem o mesmo produto; então, isso gera uma concorrência desleal. Agora, também não tenho nada contra multinacionais que venham a desenvolver e gerar empregos no nosso País. Portanto, se vier uma empresa que vai trazer uma tecnologia nova ao nosso País, que vai gerar empregos, sou totalmente a favor. Agora, há algumas empresas que, realmente, eu não vejo necessidade de elas atuarem no Brasil, como o Walmart, o Carrefour... Por que eu tenho essas restrições? Porque nós temos várias empresas supermercadistas no Brasil que têm condições de desenvolver esse tipo de comércio, e elas não trazem nada; ao contrário, diminuem o número de empregos no nosso País, no nosso Estado. Por isso sou favorável e sempre defenderei o supermercado nosso, gaúcho, regional e nacional. Tenho mais um assunto importante para tratar hoje, Ver. Brasinha...

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte?

O SR. MAURO PINHEIRO: Seja breve, Ver. Brasinha, porque eu tenho muita coisa para falar.

O Sr. Alceu Brasinha: Está bem. Vereador, realmente eu costumo dizer que tenho saudade de V. Exa. na tribuna, porque eu até vesti uma camiseta contra o grupo Walmart,

que o senhor deu para todos nós, aqui. E eu sempre o acompanhei e gostei do seu discurso. Começo a ficar com saudade do seu discurso, mostrando que o pequeno é melhor que esses grandes que vêm de lá e quebram todo o mundo aqui e nem ficam sabendo se a família está precisando... Então, quero dizer que sou favorável aos pequenos que ficam grandes, mas daqui do Rio Grande.

O SR. MAURO PINHEIRO: Obrigado, Ver. Brasinha, pelo seu aparte e quero lhe dizer que em breve precisarei da sua ajuda e espero que o senhor confirme o que o senhor acabou de falar no microfone, porque eu tenho um Projeto tramitando na Prefeitura, à qual V. Exa. apoia, a respeito da construção de um Sam's Club na Cavahada – só que ali nós temos inclusive leis que proíbem essa construção, mas o seu Governo está aprovando esse Projeto –, e vou precisar do apoio de V. Exa. para que nós, juntos, possamos lutar em defesa do comércio da Zona Sul.

Quero voltar a um assunto, Ver. João Antonio Dib, porque eu penso que V. Exa. e o Ver. Idenir Cecchim tomaram uma atitude precipitada quando eu falei do contrato da Carris com o Instituto Eccos a respeito dos estágios. Até gostaria de pedir, se o Ver. Cecchim estiver na Casa, que ele viesse ao plenário e escutasse a minha fala, pois vai ser direcionada a ele também. Pois, naquela oportunidade, comprovei, Ver. Todeschini, que, numa licitação que ocorreu na Carris, em que ganhou o Instituto Eccos, representado pelo Sr. Italgani Mendes, do PMDB – ele inclusive participa ativamente do PMDB e era também integrante do Instituto Nacional América –, ele participou da referida licitação da Carris e apresentou documentos falsos, dois atestados, os quais mostrei aqui desta tribuna, e falei também que há um contrato de R\$ 80 mil entre a Carris e o Instituto Eccos com esses documentos falsos. Mostrei as fotografias dos dois locais da Federação Gaúcha de Futebol Amador num local que não existe, num lugar não tem nada, numa unidade onde deveria haver dez estagiários – na outra, de Guaíba, onde deveria haver quinze estagiários –, e rapidamente os Vereadores Idenir Cecchim e João Antonio Dib fizeram ligações. O Ver. João Antonio Dib está sempre prestando atenção, mas naquele dia lhe passaram informações erradas. Ver. João Antonio Dib, o seu celular, naquele dia, recebeu informações... Deixaram-o “na mão”, Ver. João Antonio Dib. Quem estava certo era o Ver. Mauro Pinheiro. E eu quero ler, aqui, as falas dos dois Vereadores que ocorreram logo após a minha fala. Infelizmente, o senhor e a senhora que me assistem

em casa não tiveram a oportunidade de ver eu me defendendo, porque meu tempo estava esgotado e a gente tem que escutar e não pode responder às perguntas, Ver. Bernardino, mas, agora, nós vamos responder às falas dos Vereadores João Antonio Dib e Idenir Cecchim. Naquela oportunidade, o Ver. João Antonio Dib, que recebeu uma ligação no seu celular, disse o seguinte: “Não existe um contrato, não aconteceu”. Logo após, o Ver. Cecchim subiu a esta tribuna, cheio de vontade, e disse: “...responder a uma coisa que não aconteceu. Ver. Dib, o senhor fez muito bem em não responder. Acho que essas ‘barbeiragens’ que algumas empresas fazem, apresentando atestados, não dá para levar em conta, ainda mais quando o contrato não foi assinado”. Essa foi a fala do Ver. Cecchim. E ele ainda me acusou dizendo que eu subia a esta tribuna para falar barbaridades. Barbaridades falou o nosso companheiro mal informado. Porque aqui está o contrato, Ver. João Antonio Dib, assinado pelo Presidente da Carris, pelo Administrador e pelo Presidente do Instituto Eccos. Este é o contrato. Está aqui o contrato, e aqui no contrato está a assinatura do Sérgio Zimmermann, Diretor-Presidente; do Vidal Pedro Dias Abreu, Diretor Administrativo Financeiro e do Armando Severo Dessessard, Presidente do Instituto Eccos. Pois bem, o contrato está aqui. Mas, além disso – não bastou dizer que não havia contrato –, além de dizer que não existia contrato, foi dito que, se tivesse, a empresa Carris já teria suspenso, o que também não é verdade! E os dois Vereadores não têm culpa, eles foram mal informados, e simplesmente por causa de uma ligação, já saíram atropelando.

Aqui temos outros documentos que eu busquei do processo, Ver. João Antonio Dib. O senhor até pode ligar lá para a Carris que o senhor vai ter agora a informação correta, porque lhe passaram informações incorretas. O Instituto Eccos apresentou ofício, datado do dia 10 de outubro, direcionado à empresa Carris, que diz o seguinte: “Instituto Eccos, CNPJ 09.140.560/0001-16, ofício nº 52/2012, ao Sr. Joel Rech, Departamento Jurídico da Cia. Carris. Após cumprimentá-lo, venho solicitar que seja revisto o contrato de prestação de serviços de agenciamento de estágios entre Carris e o Instituto Eccos, que, conforme o Edital de licitação – Pregão Presencial nº 031/2012, a qual esta se tornou vencedora do certame. Conforme consta no Edital, Cláusula 5.10, a contratada deverá comprovar mensalmente o pagamento de bolsa-auxílio aos estagiários contratados. Também em seu termo de contrato nº 161/2012, em seu parágrafo 10º, a contratada deverá comprovar mensalmente pagamento de bolsa-auxílio dos estagiários contratados sob pena do

pág. 23

disposto na cláusula 6ª deste contrato. Portanto em nenhum parágrafo em seu Edital e/ou Termo de Contrato especifica que tais pagamentos seriam efetuados de forma mensal e quinzenal, portanto gerando despesas em dobro à contratada. Diante do exposto acima, solicitamos que tal comissão seja acrescida, tornando a mesma ao percentual de 3% (três por cento), devido a todos os serviços prestados estarem com acréscimos de custos. No aguardo, desde já agradecemos. Camaquã (RS), 10 de outubro de 2012. Armando Severo Dessessard, Presidente do Instituto Eccos.”

Não só existe o contrato, não só está sendo executado, como também o Instituto Eccos quer aumento, Ver. João Antonio Dib, quer dobrar o seu faturamento. Parece que é isto que está acontecendo: o problema é acertar as finanças.

O Sr. Carlos Todeschini: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Mauro Pinheiro, só para corroborar com sua manifestação, isso não é novo na Carris. Na gestão do ex-Vereador e Presidente Pancinha, também há glosa, quer dizer, mandado de devolução de dinheiro; há demissão irregular, com a respectiva ação de revisão judicial dos atos do ex-Diretor; assim como outras irregularidades que, inclusive, levaram à demissão o ex-Diretor Pancinha. Aliás, os dois vêm do DEP, os dois migraram do DEP para a Carris. Portanto, o senhor aqui manifesta mais uma irregularidade entre tantas que emendam a gestão Pancinha e a gestão Sérgio Zimmermann.

Com a sua tolerância, com mais 30 segundos, quero dizer que tivemos notícia, num importante jornal de grande circulação em nosso Estado, de que o Prefeito determinou inspeção para certificar que não há irregularidades nos processos de liberações de empreendimentos, já que nos últimos meses pipocaram denúncias anônimas de problemas na Administração Municipal; isso no que se refere a licenciamentos construtivos, onde há suspeita de que foi feito licenciamento indevido. O mais surpreendente, depois de nomeada a comissão, foi a reação imediata de um grupo de servidores da Secretaria Municipal de Planejamento à inspeção determinada pelo Prefeito Fortunati, com ameaça de paralisação da máquina. Então, vejam, é mais uma grave denúncia que está sob suspeita e investigação, em razão de um pedido de inspeção, uma atitude, aliás, correta do Prefeito. Mas pena que isso não aconteceu alguns meses atrás, no período pré-eleitoral. Porque o que a gente viu nesta eleição é que determinou os resultados. Mas agora que os beneficiados já obtiveram os retornos, talvez necessários,

então, talvez, se tente agora reparar ou justificar atitudes que deveriam ter sido atacadas antes. Obrigado.

O SR. MAURO PINHEIRO: Obrigado. Continuando, Ver. Todeschini, o mais engraçado ainda, é que o ofício entregue pelo Presidente do Instituto Eccos à empresa Carris é um ofício do Instituto, mas com papel timbrado da Carris! A folha utilizada é da Carris, parece que foram feitos juntos, Ver. Todeschini. Eu achei muito estranho estar ali, num papel timbrado da Carris, um ofício do Instituto Eccos. Acho que tem mais um probleminha aqui com que temos de nos preocupar com relação à Carris, que parece que está sendo muito mal... E acho que o Prefeito, assim como tomou uma bela atitude a respeito dessas liberações – e quero parabenizar o Prefeito por isso –, deveria tomar a mesma atitude com a Carris. Porque assim não dá, o dinheiro público tem de ser cuidado com mais carinho.

Mas temos outro documento aqui, Ver. João Antonio Dib, datado de 30 de outubro, do Sr. Armando, que se juntou aos documentos, ao processo do Instituto Eccos e Carris, em resposta à Carris, que diz (Lê.): “Ao cumprimentá-lo, vimos através desta esclarecer que, conforme pregão nº 031/2012, em que a empresa Instituto Eccos tornou-se vencedora, tendo transcrito em seu edital que os serviços a serem efetuados (pagamentos de agenciamentos de estágios) seriam mensais, foi constatado que os pagamentos aos estagiários pela empresa Carris seriam quinzenais, os quais gerariam custos em duplicidade à empresa Instituto Eccos. [O Instituto Eccos não é mais Instituto, é uma empresa, participou como Instituto, mas o próprio presidente, agora, se autodenomina empresa para prestar serviço]. Sendo assim, foram feitos vários contatos entre as partes procurando solucionar tais questões, não havendo consenso entre as partes. Sendo assim, informamos através deste, a desistência deste contrato pelos motivos acima expostos”.

Então, o presidente do Instituto Eccos, por não ter conseguido aumentar os valores, ou pelas denúncias feitas desta tribuna, é quem está pedindo a desistência do contrato, e não a Carris, mesmo com todos aqueles documentos falsificados, que não tomou nenhuma atitude. Então, a empresa Carris e o seu amigo Italgani Mendes, do PMDB, Ver. Cecchim, não tomaram nenhuma atitude em relação a esse contrato. Esses são os documentos, Ver. João Antonio Dib. E quero dizer que, toda vez que subo nesta tribuna

para fazer uma denúncia, faço-a com base em documentos e não em telefonemas. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Nobre Presidente Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu confesso que hoje levei um pequeno susto quando o Ver. Mauro Pinheiro informava o que eu havia recebido no meu telefone. Pensei que o meu telefone estivesse grampeado! Mas, depois, ele esclareceu melhor, então, não foi isso.

Mas, agora, eu preciso dizer o seguinte: eu disse que não aconteceu. O que eu disse que não aconteceu, porque a informação que eu recebi é que não houve nenhum pagamento para o Instituto Eccos.

Mas o assunto que o Ver. Mauro Pinheiro trazia naquele dia não era novo, ele já havia usado a tribuna para informar dos documentos falsificados. E eu até havia dito a ele que se ele tinha documentos que foram falsificados, ele deveria encaminhar para a polícia também. Mas ele resolveu voltar a falar sobre o assunto.

Mas, agora, eu também tenho que dizer para ele que eu o respeito, e, por isso, eu liguei, imediatamente, quando ele estava falando, para saber o que dizer. Mas, por outro lado, eu também tenho hoje o meu respeito, porque quando o Ver. Todeschini foi ali criticar o Prefeito por ter cumprido com o seu dever, o Ver. Mauro Pinheiro, imediatamente, disse que o Prefeito Municipal deveria ser cumprimentado.

Havia uma denúncia, havia um clamor, e eu, se fosse Prefeito, faria a mesma coisa que fez o Prefeito Fortunati: eu mandava verificar.

E o Prefeito que está tentando uma nova estrutura para dinamizar a Prefeitura Municipal, mais do que rapidamente, mandou verificar.

E eu acho que, realmente, ele mereceu o elogio que o Ver. Mauro Pinheiro lhe concedeu, e não a crítica que o Ver. Todeschini pretendeu fazer. Pretendeu fazer, pretendeu mostrar algo que não existia.

Quando há uma dúvida, o importante é verificar se há razão, ou se não há razão. E o Prefeito fez isso, e não precisa fazer mais nada.

Agora, o Ver. Todeschini precisava fazer a mesma coisa que o seu colega de Partido, Ver. Mauro Pinheiro, fez: elogiar o Prefeito Fortunati por ter cumprido o seu dever.

Mas nós estamos num País no qual cumprir o dever, de repente, dá problema, e eu não me incomodo com os problemas. Eu vou continuar cumprindo o meu dever, e sei que muita gente aqui continua cumprindo o seu dever. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Está ausente por estar cumprindo uma agenda externa.

(15h40min) Passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PR nº 047/11. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PR nº 047/11.

O SR. AIRTO FERRONATO: Vou falar sobre o PR nº 047/11 e o PR nº 004/12, exatamente, para ser rápido e poder esclarecer. Tanto Giovana Pilla quanto Mayra Aguiar da Silva foram campeãs mundiais de judô. É uma reverência que fazemos, Porto Alegre, entregando a elas esse Título. Peço o voto favorável. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação o PR nº 047/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão, em 1ª Sessão, o PELO nº 001/12. (Pausa.) Não havendo quem queira discutir, está encerrada a 1ª Sessão de discussão.

Em discussão o PR nº 004/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em discussão o PLCE nº 008/12. (Pausa.) O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/12.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, neste ano a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude recebeu os membros tanto da Secretaria Municipal de Educação como do Conselho Municipal de Educação, que expuseram a necessidade de fazer uma alteração no mandato dos membros do Conselho Municipal do Fundeb. O Fundeb, pela alteração da legislação, desde 2007, passa recursos financeiros para o Município, e tem que ter um acompanhamento. O que ocorre? Os conselheiros são renovados a cada dois anos, na sua totalidade. Então, a cada mandato, a renovação é total e não permanecem, pelo menos, 50% dos conselheiros, como é praxe em quase todo e qualquer conselho. Todos os membros do Conselho são renovados e não há o resgate da memória, não resta um conselheiro que dê continuidade; ou seja, entram novos membros no conselho, que levam um determinado tempo até se apropriarem de todos os assuntos. Então, o Executivo está propondo que o Conselho possa ser renovado, pelo menos uma vez, por mais dois anos, fazendo com que, a partir dessa alteração da lei, sempre fiquem no conselho alguns membros mais antigos que possam identificar e conhecer a história. De maneira bem singela, é isto que o Executivo está propondo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/12.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, este Projeto de Lei recebeu, durante a sua tramitação, o Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, prolatado pelo Ver. Bernardino Vendruscolo, que entendeu da inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto, e teve esse Parecer aprovado por unanimidade. Idêntico caminho ocorreu nas demais Comissões: na CEFOR, onde o Ver. João Dib foi o Relator; na CUTHAB, onde o Ver. Paulinho Rubem Berta votou pela aprovação do Projeto e logrou ver aprovado o seu Parecer; bem como o Ver. Garcia, que o relatou na Comissão de Educação, Cultura e Esportes e também lá logrou êxito na aprovação do seu Projeto de Lei.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu, que estou tomando contato com o Projeto agora, venho à tribuna e repito posições que tomei em ocasiões

anteriores, quando não tendo oportunidade de me aprofundar sobre a matéria em discussão e objeto de votação, me curvei aos Pareceres prolatados pelas Comissões técnicas da Casa. Claro está, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, que, no caso concreto, a alteração é mínima, o que se altera é o § 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 589: passa a ser de dois anos o mandato dos membros do Conselho Municipal do Fundeb, permitida uma recondução por igual período. Essa é a grande alteração que ocorre; nos parece que o prazo de mandato dos membros do Conselho não compromete a sua eficiência e a sua eficácia. Esses dois anos de prazo são mais ou menos comuns na administração do Município, bem como a possibilidade de uma única recondução. Nessa linha, Sr. Presidente, e por tudo o que já disse anteriormente, sem o menor constrangimento, eu, que vim atomar contato com o Projeto pela primeira vez no dia de hoje, me sinto à vontade para acompanhar o Relator, votando a favor da aprovação da matéria. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação o PLCE nº 008/12. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 008/12.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Haroldo de Souza, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores; cumprimento a representação da SMED, que acompanha esta Sessão, e também a Presidenta do Conselho Municipal do Fundeb, Prof.^a Janize; foi desse Conselho, da sua atual composição, que a nossa Comissão de Educação recebeu essa demanda. Esse é um caso de escuta do Governo Municipal da experiência vivenciada pelos representantes das comunidades escolares no Conselho do Fundeb, fundo este que todos nós aqui já discutimos. Inclusive ouvimos o Sr. Prefeito, no início deste ano, anunciar uma receita de, se não me engano, R\$ 240 milhões; é um fundo estadual que reúne impostos municipais e estaduais, 20% de todos os impostos, portanto, um grande recurso, e que o redistribui, no Estado, conforme o número de alunos. Ora, esse Fundo veio substituir o Fundef – Fundo de Financiamento do Ensino Fundamental –, que deixava de fora a Educação Infantil e o Ensino Médio. Ele, portanto, é um fundo que organiza e que pensa a Educação brasileira desde a Educação Infantil até o final do Ensino Médio, coerente com a futura obrigatoriedade de estarem na escola todos os

jovens e crianças dos 4 até os 17 anos; eles terão, até 2016, essa obrigatoriedade. É um fundo que prevê o fomento, o financiamento de todos esses níveis de ensino, e previu, na sua criação, os Conselhos de controle, de acompanhamento, de fiscalização e de aplicação desses recursos crescentes. O crescimento do Fundeb previsto para o próximo ano é de 22%. Inclusive uma das polêmicas que está colocada no Brasil é sobre a sua vinculação com o piso.

Em Porto Alegre, Janize, nós queremos parabenizar o nosso Conselho, que percebeu o quão complexa é essa tarefa, porque não nos basta um Conselho que faça análise no final do ano verificando o que aconteceu com os recursos da Educação. É muito importante que pais, alunos, professores e funcionários possam acompanhar a utilização do Fundeb, dos recursos do Fundeb durante o ano, que possam participar da previsão do uso desses recursos, que possam fazer análise dos percentuais utilizados para cada uma das rubricas ou das áreas em que se aplicam os recursos da Educação.

Eu aqui problematizei muitas vezes durante este ano o relatório do ano passado, o relatório competente do nosso Conselho, que indicou que, por exemplo, a PROCEMPA recebeu, Presidente, R\$ 4,5 milhões do Fundeb. Mas os recursos foram repassados, Ver. Mauro Pinheiro, no final do ano, porque esse dinheiro ia sobrar e, se sobra, tem que voltar para o fundo estadual. Nós queremos e vimos que o Governo acolheu esta recondução para mais um mandato, Ver. Dib, que visa a qualificar.

Os nossos Conselheiros criam experiência, não é fácil decifrar números, fazer a leitura de orçamentos, poder acompanhar o ano todo, distinguir o que é investido na Educação; quando eles pegam pique, estão terminando o seu mandato. Então, nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, apoiamos essa iniciativa do Executivo, principalmente porque ela é oriunda da representação da comunidade escolar de Porto Alegre. Parabéns, Janize, parabéns ao movimento do Conselho, eu tenho certeza de que esta medida vai qualificá-lo.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação o PLCE nº 008/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 193/11. (Pausa.)

Aprego Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando a transferência da discussão e votação do PLL nº 193/11 para quarta-feira. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**
(15h56min) Está encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Saúdo a presença do Vereador e Vice-Prefeito eleito da Capital do Rio Grande do Sul, Sebastião Melo, mais conhecido por Tião Goiano. Um abraço, Vice-Prefeito!

O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra em Comunicações.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Presidente Haroldo de Souza, meus colegas Vereadores, minhas colegas Vereadoras, senhoras e senhores; venho a esta tribuna neste período de Comunicações para trazer o tema que foi fruto de debate hoje na Tribuna Popular. Aproveito este momento em que está aqui o meu querido Ver. Sebastião Melo, que será o Vice-Prefeito desta Cidade, para que possamos dialogar sobre o referido tema, que é o da área de 55 hectares que existe lá no bairro Belém Novo, no Extremo-Sul, onde a FASE tem um projeto socioeducativo para construir um centro onde tem uma escola, uma empresa de formação profissional, analisando com toda a comunidade o que fazer com os 55 hectares. Também lá está instalada, Ver. Dr. Goulart, a Fundação de Proteção do Estado, que, inclusive, é coordenada pelo Deputado Lara, seu colega de Partido.

Então, esse não é um tema para virmos aqui fazer debates sectários de um Partido contra o outro. Eu avoquei o Ver. Sebastião Melo, porque o Secretário Fabiano Pereira o procurou para debater o assunto, e o Ver. Sebastião Melo, segundo a informação do Secretário Fabiano Pereira, colocou-se à disposição para tratar o tema de Belém Novo como um tema de importância para a Cidade. Então, eu quero registrar aqui, neste momento, Ver. Valter, reafirmando a minha fala e dizendo que ela não era mentirosa, quando citei o nome do Ver. Sebastião.

Segundo, se nós possuímos uma região da Cidade que é a região que tem a maior área de preservação ambiental – e na revisão do Plano Diretor não foram gravadas as áreas

de preservação ambiental; se nós temos uma área onde há a maior região de produção primária; se nós temos uma região onde há a maior quantidade dos recursos hídricos ainda saudáveis; se nós temos uma região onde temos os núcleos urbanos, inclusive aprovados aqui nesta Casa por proposta deste Vereador, criando o núcleo da Boa Vista, do Lageado, da Extrema, do Jardim Floresta, agregando-se aos do Lami e Belém Novo já existentes e que não foram regulamentados pela Prefeitura; se nós temos uma região na Cidade, que está recebendo o maior número dos Projetos Minha Casa, Minha Vida, e aí Ver. Cecchim... Não, não somos contra fazer habitação, mas fazer habitação com dignidade. Colocar pessoas morando há 40 quilômetros do Centro, sem transporte, sem escola e sem posto de saúde não é um serviço por completo. Precisamos completar essa agenda. E, no momento em que o Governo do Estado se propõe a fazer um debate com todos os representantes da comunidade e constituir um diálogo para que possa ser analisado o Projeto Socioeducativo, pois aquela região hoje tem 108 jovens originários do Extremo-Sul, ou seja, do Lami, do Belém, da Restinga, do Cristal e do Centro Sul, como os meus colegas que se pronunciaram aqui podem assumir uma posição contrária, tratando-se de um processo Socioeducativo do Estado com os jovens hoje estão na FASE com um modelo diferente, com uma lógica diferente? Não podemos aceitar esta possibilidade de não tratar os nossos jovens como sendo um patrimônio a ser recuperado. Então, eu venho aqui com muita tranquilidade dizer que aquela área da FASE tem que servir a todo Extremo-Sul para o lazer, turismo, cultura, e para os jovens. Um grande abraço, e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Fernanda Melchionna.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Haroldo, obrigada; eu trago um tema sobre o qual a nossa Câmara vem debatendo: várias regiões da Cidade vem tratando de cobrar da Prefeitura Municipal as contrapartidas de empreendimentos. Eu mesma, Ver. Brasinha – V. Exa. que fica muito indignado –, já trouxe várias vezes o tema a esta tribuna, e levei ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, e tenho ainda hoje reunião com o Presidente do

Tribunal de Contas sobre o tema da isenção das empresas, a flexibilização das medidas compensatórias que a Prefeitura de Porto Alegre deve cobrar do empreendedor, medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos do empreendimento que é aprovado. Pasmem: sábado, na Coluna Página 10 do jornal Zero Hora, (Lê.): “Pente fino nas licenças. Sem alarde, o Prefeito José Fortunati publicou no Diário Oficial de ontem uma portaria designando um grupo de elite para fazer uma inspeção especial nos processos de aprovação urbanística e ambiental do Município de Porto Alegre. [Ver. Brasinha, veja, agora, o Sr. Prefeito está escalando um grupo de elite para investigar, inspecionar os processos de aprovação.] A portaria designa pessoas da estrita confiança do Prefeito para coordenar e executar o trabalho. A inspeção abrange, mais especificamente, as comissões de aprovação de edificações nas Secretarias Municipais de Planejamento e de Obras e Viação – SMOV. A portaria detalha que serão investigados ‘temas de atuação municipal que envolvam a recompra, a negociação por índices construtivos e os Termos de Compromisso [Que interessante, o Prefeito se deu conta!] firmados pelo Município de Porto Alegre decorrentes do processo de aprovação de empreendimentos”. E é o Termo de Compromisso assinado com a OAS assinado pelo Sr. Prefeito, pelos Secretários de Gestão, da Copa, do Planejamento, da Fazenda! Então, o Prefeito está preocupado com as assinaturas que ele dá. E criou um grupo de elite para acompanhar, Ver. Dib! Finalmente, os microfones desta Casa ligaram o sinal vermelho na Prefeitura da Capital, porque não são poucos os índices construtivos que estão sendo concedidos na cidade de Porto Alegre! Não são poucos, são muitos índices construtivos!

“Para afastar suspeitas”. Esse é o segundo título, o subtítulo. (Lê.): “O Prefeito determinou a inspeção para se certificar de que não há irregularidade nos processo de liberação de empreendimentos, já que nós últimos meses pipocaram denúncias anônimas [As minhas são assinadas, mas veja, Ver. Todeschini, V. Exa. também percebeu: denúncias anônimas!] de problemas na administração municipal. Caso sejam encontrados indícios de irregularidades, o Ministério Público terá de entrar em cena. Os promotores têm instrumentos de que a administração não dispõe para uma investigação mais profunda. O trabalho será coordenado pela procuradora Vanêscia Buzelato Prestes e contará com mais dois produtores, uma técnica do Gabinete de Planejamento Estratégico e um técnico da Secretaria de Gestão”.

Estou lendo uma notícia do jornal Zero Hora, de uma medida do Prefeito Fortunati, muito apropriada, mas eu penso e espero que o Prefeito Fortunati não esteja criando um preventivo como aconteceu na Sollus, porque só o que eu escuto sobre a Sollus, desvio de R\$ 9 milhões, que nós não recuperamos até hoje, é que, poxa, a própria Prefeitura abriu um processo – não é Ver. Todeschini? –, inscreveu em dívida ativa, e está tudo muito bem. Então, que não seja um preventivo, que seja correção de rumos! Porque há problema, sim, e aqui está testemunhado: denúncias anônimas estão chegando! As minhas são assinadas, não são anônimas! Mas a população está enxergando, e é muito grave o que tem por aí.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. CARLOS TODESCHINI (Questão de Ordem): Ver. Haroldo, em face dessa notícia publicada na Zero Hora, ao que, de forma acertada, o Prefeito propôs uma Comissão de Sindicância para acompanhar e averiguar as denúncias sobre irregularidades, e também, em face ao acerto da escolha da Procuradora Vanêscia Buzelato Prestes – que conheço –, uma extraordinária e competente profissional da ordem urbanística, estou comunicando que vou propor à Mesa Diretora da Câmara que instale, que proponha a instalação de uma Comissão Externa para acompanhar os trabalhos da Comissão proposta pelo Sr. Prefeito, face à gravidade da denúncia.

O SR. VALTER NAGELSTEIN (Questão de Ordem): Sr. Presidente, quando V. Exa. fez a chamada, estava, e está presente no plenário o Ver. Márcio Bins Ely. Logo em seguida, V. Exa. não vendo, obviamente, mas aqui está o Vereador, a Ver.^a Sofia Cavedon se lança com uma volúpia – eu nunca tinha visto isso, quero confessar –, dizendo que o Vereador estava ausente e logo em seguida reclamou o tempo da Ver.^a Fernanda. Quando fui reclamar a cedência do tempo, ela imediatamente ascendeu à tribuna. Queria-lhe dizer o seguinte: a gula é um pecado que muitas vezes se expressa dessa forma, vai ter que rezar uns dez rosários.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Quero registrar que, quando olhei para a bancada do Ver. Márcio Bins Ely, ele não estava sentado e ele também disse que não queria, mesmo porque não sou obrigado a ficar procurando o Vereador.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Questão de Ordem): Sr. Presidente, agradeço a V. Exa., quero recolocar a verdade. V. Exa. anunciou que ele não estava presente, escutei. Não aceito essas expressões – volúpia – do Ver. Valter Nagelstein. São indelicadas e desrespeitosas.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Está feito o registro.
O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, é muito engraçado assistir à preocupação da Ver.^a Sofia Cavedon e do Ver. Todeschini. Chega a ser cômico, no dia em que todos os jornais, revistas, rádios e televisões falam de mais uma – mais uma! – corja, mais uma turma que dilapida o Poder Público, não só o dinheiro; dilapidam o Poder, acabam com a vergonha que as pessoas têm na cara! Agora é na cozinha do ex-Presidente Lula, é a secretária que ele deixou de herança para a Presidente Dilma. A Presidente Dilma ganhou de herança alguma coisa boa, teve um bônus, mas o ônus que o Sr. Lula deixou para essa senhora é coisa de chorar! Ela deve estar chorando. Eu queria dizer para a Ver.^a Sofia que aqui o Prefeito manda verificar o que existe e o que não existe, e sabemos pela imprensa, porque não tem nada a esconder, e, lá na turma dela, a gente só sabe pela Polícia Federal. Que diferença!

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Idenir Cecchim, acho que eles têm saudades do Fortunati. O Fortunati era deles e eles o maltrataram! O Fortunati mostrou o que fez: 65,22%! Disso eles não podem duvidar, é o que constou nas urnas! Acho que, quando a Ver.^a Sofia fala dele, é porque tem saudades: “Nós tínhamos esse cara! Nós tínhamos esse Prefeito!” Não existe Prefeito igual ao Fortunati. Mais ainda: agora, com o Vice-Prefeito Sebastião Melo, que tem trânsito aqui na Câmara, tudo vai andar melhor ainda.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Ver. Brasinha. A grande verdade é que nós pensávamos que, com o julgamento do mensalão, tinha terminado a liberdade dos ladrões que estavam soltos. Mas não! Agora começam a aparecer os chamados “ladrões

de galinha"! A própria Polícia Federal diz que é chinelagem o que essa senhora, a secretária do Lula, fazia naquele escritório. Tão chinelagem, que ela nomeava membros da ANA, essa que trancou o nosso porto durante seis meses por bobagem. Vai ver que essa senhora encomendou um parecer também para trancar aqui, e pelo jeito foi, porque foi um parecer que trancou aqui o Cais do Porto! Aliás, eu não sei quem é o dono! Está na hora de ficarmos sabendo quem são os acionistas! Pelo jeito que está a economia espanhola, estou desconfiado de que as laranjas da Espanha também secaram. Precisaria saber quem é o acionista desse negócio que não sai. O Estado não sabe quem é que vai construir, e também não tem interesse, porque, imaginem só se construírem o Cais do Porto e aí tem uma obra feita. O Tarso está proibido de fazer obra, pelo jeito, pois ele não faz nada, e, se fizerem alguma coisa, vai ficar ruim para ele. E nós não podemos ficar esperando nada do Tarso Genro, porque ele tem medo de que, no primeiro projeto que ele faça... Aliás, naquele que ele não fez, já apareceu um culpado hoje: já apareceu o Diretor da DAER viajando para assegurar as encostas lá da Rota do Sol. Tinha alguma coisa nessa turba que o Beto Albuquerque mexeu, e vai aparecer muito mais, podem ter certeza!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Antonio Dib.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Obrigado, Ver. Haroldo de Souza, na presidência dos trabalhos; obrigado também ao Ver. João Antonio Dib pela generosa cessão do tempo. De fato, Ver.^a Sofia, eu acho que, se a senhora confessasse esse pecado a aquele companheiro seu que anda articulando, às vezes, aqui por dentro do plenário, o nosso Padre, ele certamente lhe determinaria algumas penitências, porque é passível de punição.

Sr. Presidente, eu quero aproveitar este tempo para fazer uma ode, se é possível, afastadas essas pequenas questões, uma ode à paz, à paz entre os povos. Nós estamos no limiar de acolher aqui em Porto Alegre um fórum que, no seu discurso, no seu nome, no seu título, é meritório, mas, quando vamos aprofundar o conhecimento a seu respeito, é eivado de vícios, vícios esses que nós precisamos evitar.

Na semana passada, a Ver.^a Fernanda Melchionna, falando em nome do seu Partido, fez uma dura crítica. Eu infelizmente não tive tempo para responder e faço esta fala especialmente me dirigindo à comunidade israelita de Porto Alegre, que tanto e há tanto tempo vem contribuindo no desenvolvimento desta Cidade, mas eu poderia me dirigir a todas as outras comunidades; por isso, eu disse que agradecia em especial ao Ver. João Dib, porque havia o aniversário do Líbano na semana passada, e eu aqui estava presente também querendo homenagear essa imigração que tanto fez pelo desenvolvimento da nossa Cidade. Poderíamos falar dos italianos, dos alemães, dos negros, de todas as etnias, porque, afinal de contas, o Brasil não é outra coisa senão um cadinho onde se fundiram todos esses povos que para cá vieram e que constroem uma nova e generosa realidade, sem os conflitos nem os ódios dos países que, muitas vezes, tiveram que deixar exatamente por força dessas intolerâncias. Então, agradei e cumprimentei o Ver. João Antonio Dib e da mesma forma me dirijo à coletividade israelita, porque a perspectiva que se estabelece nesse evento que é patrocinado por alguns movimentos da extrema esquerda é a perspectiva de dizer que no Oriente Médio se estabelece uma invasão, mas não se fala que invasão é essa, não se esclarece quem é o invasor. E a primeira discussão que nós precisamos aclarar e esclarecer é esta: qual é a invasão de que nós estamos falando?

Nós queremos a paz. A nós nos enoja, nos provoca repulsa quando, nos noticiários, vemos imagens de bombardeios – sejam eles quais forem, sejam eles onde forem, Sr. Presidente – e de crianças mortas. Mas, de alguma forma, querem trazer para cá para dentro tensionamentos que não são nossos; tensionamentos que têm como pano de fundo a questão ideológica, e eu acho que é isso que nós precisamos esclarecer e é isso que nós precisamos afastar.

O século passado, para o Brasil, foi praticamente perdido e foi, no dizer de Hobsbawm, historiador que faleceu há pouco, o século das ideologias. Eu conversava há pouco com o meu pai sobre isso. Em 1935: Intentona Comunista. Aí vem Estado Novo, vem Getúlio, vem CLT, vem tudo isso. Depois, chegamos, novamente, com o recrudescimento dessas tensões, a um mundo bipolar, para, em 1964, outra vez, um rompimento da sociedade brasileira, quase uma conflagração; não fosse o desejo e a vontade do Presidente Jango, teria havido uma guerra civil, uma conflagração, de novo, por esses interesses que colocam o mundo em dois polos.

Enquanto isso, nós olhamos para o norte da Europa, especialmente para países como Suécia e Finlândia, e vemos que esses países conseguiram construir um consenso; com um pouco do socialismo, um pouco do capitalismo, conseguiram construir uma sociedade melhor, mas nós aqui não conseguimos. E uma parcela pequena desse pessoal, quando caiu a União Soviética, como não tinham mais horizonte, diametralmente, se colocaram em sintonia com tudo aquilo que eles imaginavam que era aquilo que eles acreditavam e que tinham que se colocar em antagonismo, ou seja, os Estados Unidos. Não viram que o mundo mudou, e hoje continuam atribuindo a Israel uma aliança, um alinhamento automático com aquilo que eles acreditam seja o mal, que é o imperialismo, e dizendo que sionismo e imperialismo são a mesma coisa. E eu quero dizer daqui que não é, que nós todos queremos a paz do povo palestino e que nos repulsa a guerra. Mas também nós queremos o direito de Israel continuar vivendo em paz, sem ter bombas todos os dias, sem ter de construir sistemas de defesa! E essa é a única perspectiva que nós perseguimos e que nos interessa, não é discurso de sindicato travestido de liberdade para vir defender um lado. Uma defesa caolha, essa não nos interessa. Alguns interesses menores estão trazendo o Rio Grande à beira da conflagração, à beira do conflito, um conflito que não é nosso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

O SR. VALTER NAGELSTEIN (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Valter Nagelstein. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Onze Vereadores presentes. Não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h22min.)